

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA:
APRENDIZAGEM INTEGRAL, SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE

MÁRCIA CORRÊA BARBOSA

ASSEMBLEIAS ESCOLARES:
A perspectiva de trabalhar Assembleias em uma escola
da Rede Jesuíta de Educação: Colégio Loyola

São Leopoldo
2025

MÁRCIA CORRÊA BARBOSA

ASSEMBLEIAS ESCOLARES:

**A perspectiva de trabalhar Assembleias em uma escola
da Rede Jesuíta de Educação: Colégio Loyola**

Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Educação Jesuíta, pelo Curso de
Especialização em Aprendizagem Integral,
Sujeito Contemporaneidade da Rede
Jesuíta de Educação e Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Ms. Tatiana Simas Mielke Chyla

São Leopoldo

2025

ASSEMBLEIAS ESCOLARES: A perspectiva de trabalhar Assembleias em uma escola da Rede Jesuíta de Educação: Colégio Loyola

SCHOOL ASSEMBLIES: The Perspective of Implementing Assemblies in a School of the Jesuit Education Network: Colégio Loyola

Márcia Corrêa Barbosa¹

Tatiana Simas Mielke Chyla²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a prática das Assembleias Escolares em um colégio da Rede Jesuíta de Educação, o Colégio Loyola, destacando sua implementação como estratégia pedagógica desde 2012. Fundamentadas na Pedagogia Inaciana, as assembleias incentivam a participação dos estudantes na construção de valores democráticos e cidadania. A metodologia aplicada abrange análise documental e revisão bibliográfica, ressaltando a importância do diálogo e da participação na resolução de conflitos escolares. A iniciativa busca fortalecer a formação integral dos alunos, contemplando aspectos cognitivos, emocionais e sociais, alinhados aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo evidencia que as assembleias potencializam competências socioemocionais como compreensão mútua, autorregulação e responsabilidade, contribuindo para um ambiente escolar inclusivo e colaborativo. Apesar dos avanços, o artigo reconhece desafios na consolidação e modernização dessa prática pedagógica, sugerindo a necessidade de contínuo aprimoramento e alinhamento às diretrizes educacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Assembleias de classe. Resolução de conflitos. Autonomia. Pedagogia Inaciana.

¹ Professora regente do 1º ano do Ensino Fundamental no Colégio Loyola. Graduada em Pedagogia com habilitação em Supervisão escolar (1998) e Alfabetização e Letramento (2003) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 1998. E-mail: marcia.barbosa@loyola.g12.br

² Professora orientadora, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial com ênfase em Inclusão pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Mestra em Gestão Educacional no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é Orientadora de Aprendizagem do 9º ano no Colégio Nossa Senhora Medianeira, Email: tsimas@colegiomedianeira.g12.br

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the practice of School Assemblies at a school within the Jesuit Education Network, Colégio Loyola, highlighting its implementation as a pedagogical strategy since 2012. Based on the Ignatian Pedagogy, the assemblies encourage students' participation in the construction of democratic values and citizenship. The applied methodology includes document analysis and bibliographic review, emphasizing the importance of dialogue and participation in resolving school conflicts. This initiative seeks to strengthen the holistic development of students, addressing cognitive, emotional, and social aspects in alignment with the principles of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). The study shows that assemblies enhance socio-emotional skills such as mutual understanding, self-regulation, and responsibility, contributing to an inclusive and collaborative school environment. Despite the progress made, the article acknowledges challenges in consolidating and modernizing this pedagogical practice, suggesting the need for continuous improvement and alignment with contemporary educational guidelines.

Keywords: class assemblies. Conflict resolution. Autonomy. Ignatian pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano está feito de tal maneira que não se realiza, não se desenvolve, nem pode encontrar a sua plenitude «a não ser no sincero dom de si mesmo» aos outros. E não chega a reconhecer completamente a sua própria verdade, senão no encontro com os outros: «Só comunico realmente comigo mesmo, na medida em que me comunico com o outro (Igreja Católica, 2020, p. 87)

Este artigo propõe a análise histórica do trabalho com as Assembleias Escolares como uma prática adotada nas séries iniciais do Colégio Loyola que teve início no ano de 2012, como projeto piloto dessa estratégia didática para desenvolver a capacidade de resolução de problemas, de argumentar criticamente sobre determinados assuntos e de observar e analisar diferentes pontos de vista. Neste percurso do trabalho com as Assembleias, até os dias atuais, a escola enfrenta o desafio de se adaptar às transformações culturais e epistemológicas da pós-modernidade para cumprir com excelência sua missão na educação com as gerações futuras. Assim, diante do atual contexto em que vivemos, somos desafiados cada vez mais a repensar a educação em sua formação integral dos estudantes, buscando não apenas a formação acadêmica, mas promovendo uma formação humana que valorize relações mais inclusivas, flexíveis e centradas nas necessidades de cada estudante.

Minha experiência de 15 anos como professora regente do 1º ano do Ensino Fundamental no Colégio Loyola³ tem sido marcada pela formação em serviço em que as trocas de experiências, as reflexões sobre as práticas e os estudos voltados às necessidades cotidianas contribuem para a promoção de propostas pedagógicas que favoreçam a formação integral dos estudantes. Em 2012, iniciamos a realização das Assembleias Escolares nas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental, fundamentadas no Nosso Modo de Ser e Proceder (Colégio Loyola, 2025), com o objetivo de oportunizar a escuta atenta dos docentes e a liberdade de expressão dos discentes, além de compreender o conflito e a resolução de problemas como elemento central para a formação moral, ética, afetiva e cognitiva dos alunos. Nos anos de 2012 e 2013, a equipe pedagógica aplicou, avaliou e reestruturou o projeto das Assembleias Escolares, alcançando avanços relevantes na sistematização do trabalho com a resolução de problemas e dos cotidianos em sala de aula. Em 2014, em decorrência dos avanços constatados no 1º ano, propôs-se a ampliação dessa prática para todo o Ensino Fundamental I, apoiando-se nas experiências já consolidadas pelos docentes do 1º ano. Assim, introduziu-se o trabalho com assembleias em todo o Ensino Fundamental I como metodologia de apoio ao trabalho com o Nosso Modo de Ser e Proceder⁴, fortalecendo as ações da Política Institucional de Convivência escolar.

Ao longo de todos esses anos de atuação no Colégio Loyola, o que me motiva a escrever sobre este tema são as inquietações que surgiram diante da diversidade de práticas relativas às Assembleias Escolares dentro da própria instituição, da descontinuidade em sua realização e da ausência de formação específica dos docentes que ingressaram na escola nos últimos anos. Tais questões levaram-me a refletir criticamente sobre a descaracterização da assembleia como estratégia didática formativa.

Esse cenário levou-me a refletir sobre a seguinte questão: como resgatar e fortalecer o sentido pedagógico das Assembleias Escolares como ferramenta de formação integral, especialmente no tratamento dos problemas e conflitos cotidianos

³ Fundado em 1943, o Colégio Loyola fica localizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais e integra uma rede mundial de colégios da Companhia de Jesus. No Brasil, o Colégio Loyola faz parte da Rede Jesuíta de Educação (RJE), constituída em dezembro de 2014. Essa rede integra a Federação de Colégios Jesuítas da América Latina – FLACSI. A instituição oferece, atualmente Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Disponível em <https://loyola.g12.br/> Acesso em 12 mai. 2025

⁴ Documento do Projeto Político Pedagógico/2024 em que são apresentadas as regras que orientam a convivência, os valores e princípios que as fundamentam, a fim de auxiliar a todos em seu percurso formativo. Será detalhado ainda neste artigo.

em sala de aula? A partir dessa indagação, o presente estudo propõe-se a (re)discutir o papel das Assembleias Escolares à luz dos documentos da Rede Jesuíta de Educação e da BNCC, considerando os conflitos e os problemas cotidianos como ponto de partida para a construção de uma prática ética, fundamentada e coerente com os propósitos da formação humana e cidadã.

A aplicação dos princípios da Pedagogia Inaciana⁵ no contexto das Assembleias Escolares revela-se especialmente relevante ao se considerar os pilares dessa tradição educativa: experiência, reflexão e ação. A Pedagogia Inaciana propõe um percurso formativo em que a vivência cotidiana, especialmente os conflitos e desafios presentes no ambiente escolar, constitui o ponto de partida para processos reflexivos significativos, conduzindo a ações mais conscientes, responsáveis e transformadoras. Nesse contexto, as assembleias podem ser entendidas como espaços privilegiados para a integração desses três pilares, proporcionando a partilha de experiências diversas, promovendo análises críticas sobre posturas e consequências, e culminando na tomada de decisões e definição de encaminhamentos no coletivo. Tal dinâmica fortalece não apenas a resolução de conflitos, mas também o desenvolvimento integral da pessoa humana, orientando-se pelo ideal inaciano de formar homens e mulheres para os outros, capazes de atuar de forma ética, empática e comprometida com o bem comum. Aplicar os fundamentos da Pedagogia Inaciana às Assembleias Escolares, portanto, contribui para minimizar a diversidade excessiva de práticas, ao estabelecer diretrizes comuns pautadas na reflexão e na ação fundamentada, promovendo a efetiva formação dos estudantes como sujeitos autônomos e socialmente responsáveis. Segundo Klein, “O objetivo supremo da educação jesuíta é, antes, o desenvolvimento global da pessoa, que conduz à ação, ação inspirada pelo Espírito e a presença de Jesus Cristo, filho de Deus e ‘Homem para os outros’” (Klein 2015, p. 177)

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o papel das Assembleias Escolares numa Rede Jesuíta de

⁵ Pedagogia Inaciana é um extenso acervo de orientações do governo central da Ordem dos Jesuítas, de publicações e pesquisas de vários autores sob um enfoque pedagógico característico, procedente da *Ratio Studiorum*. É um conceito amplo, que oferece uma visão cristã do mundo e do ser humano, um sentido humanista para o processo educativo e um método personalizado, crítico e participativo. “[...] A Pedagogia Inaciana não é propriamente um método, no sentido rigoroso do termo, mas um enfoque pedagógico cujos elementos principais provêm dos Exercícios Espirituais e da espiritualidade inspirada em Santo Inácio de Loyola, como os conceitos de pessoa, de sociedade, de mundo, de Deus, de ideal de vida, de missão, de processo de ensino e aprendizagem, de mudança, de colaboração com os outros e *networking*” (Klein, 2014, p. 1).

Educação (RJE), com ênfase no diálogo e no protagonismo na formação de cidadãos. Discutimos como esses encontros são essenciais para promover uma educação inclusiva e democrática, alinhada aos valores da Pedagogia Inaciana. Na terceira seção, analisamos a integração das assembleias às práticas da RJE e da BNCC, destacando como elas se alinham com as diretrizes nacionais para formar indivíduos éticos, críticos e socialmente responsáveis. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, sintetizando questões previamente discutidas.

2 ASSEMBLEIAS ESCOLARES NUMA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO: PROMOVENDO DIÁLOGO E PROTAGONISMO NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

Inseridos na Pedagogia Inaciana, como parte da RJE à qual o Colégio Loyola pertence, os valores e princípios reforçam a importância de uma educação orientada para a cidadania global e para a renovação da fé cristã, na qual os processos educativos têm o potencial de transformar vidas e realidades, formando lideranças capazes de influenciar positivamente as mais diversas esferas sociais. Ao incorporar os fundamentos da Pedagogia Inaciana às práticas diárias da escola, especialmente por meio das assembleias, reafirma-se o compromisso com uma educação de excelência, inspirada em valores cristãos e inacianos. Assim, busca-se contribuir efetivamente para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo sua atuação ética e responsável na sociedade.

- (i) Competentes: profissionalmente falando, têm uma formação acadêmica que lhes permite conhecer, com rigor, os avanços da tecnologia e da ciência.
- (ii) Conscientes: além de se conhecerem a si mesmos, graças ao desenvolvimento da capacidade de interiorização e ao cultivo da vida espiritual, têm um consistente conhecimento e experiência da sociedade e de seus desequilíbrios.
- (iii) Compassivos: são capazes de abrir o coração para serem solidários e assumirem o sofrimento dos outros.
- (iv) Comprometidos: sendo compassivos, empenham-se honestamente e desde a fé, e com meios pacíficos, na transformação social e política de seus países e das estruturas sociais para alcançar a justiça (Nicolás, 2013, *apud* Colégio Loyola, 2021, p. 23)

Com esta premissa e orientados pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), em sua Política Institucional de Convivência Escolar, o Colégio Loyola, faz um chamado à vivência dos valores humanos e cristãos,

promovendo um ambiente escolar saudável, inspirado na verdade, no amor e na justiça, que promova em cada estudante e em cada educador, a construção da autonomia, expressa ao assumir as consequências da sua própria liberdade de escolha (Colégio Loyola, 2024, p.45).

Nesse contexto, o trabalho com assembleias favorece não apenas a participação ativa dos estudantes na construção de normas e na gestão dos conflitos, mas também potencializa o desenvolvimento de competências socioemocionais fundamentais para a convivência democrática. A retomada dessa prática nas séries do 1º ao 3º ano do EF do Colégio Loyola, reafirma o compromisso com a formação integral reconhecendo a dimensão transformadora da educação em valores e sua orientação para a construção de uma cultura de paz na escola.

De acordo com Araujo (2015, p. 19):

Com tais fundamentos, podemos entender que a educação para a cidadania, como elemento essencial à democracia, pressupõe a formação e a instrução das pessoas, visando à sua capacitação para a participação motivada e competente tanto na esfera política quanto na pública. Ao mesmo tempo, essa formação deve objetivar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta.

Com foco nas práticas das assembleias escolares sob a ótica da Pedagogia Inaciana, este estudo utilizou como metodologia análise documental e revisão bibliográfica.

O objetivo central é resgatar o projeto Assembleias Escolares, elaborado em 2014 no Colégio Loyola, trazendo-o para o contexto atual em diálogo com os documentos recentes da Rede Jesuíta de Educação (RJE) e com a legislação vigente, especialmente a BNCC.

O trabalho com assembleias escolares complementa a perspectiva de novos paradigmas em resolução de conflitos, pois permite, em sua prática, partindo do conhecimento psicológico de si mesmo e das outras pessoas sobre o que é preciso para resolver os conflitos, chegar ao conhecimento dos valores e princípios éticos que devem fundamentar o coletivo da classe. Ao mesmo tempo, evidentemente, permite a construção psicológica, social, cultural e moral do próprio sujeito, em um movimento dialético em que o coletivo transforma e constitui cada um de nós, que ajudamos na constituição dos espaços e das relações coletivas, modificando-a (Araújo, 2015, p.24).

Cada vez mais a escola assume o seu papel de educar no sentido mais amplo. No século XXI um dos grandes desafios da escola é contribuir na construção de

valores da cultura de paz em ações da vida cotidiana, formando agentes multiplicadores.

As Assembleias Escolares, entendidas como espaços de diálogo, surgem como um recurso que favorece a criação de um ambiente escolar saudável, inspirado nos valores da solidariedade, do respeito e do cuidado com o outro e podem constituir-se em importante estratégia para o trabalho com resolução de conflitos dentro da escola, além de contribuírem para a construção de valores de democracia e de cidadania por parte dos membros que dela participam. São espaços fundamentais de participação e diálogo dentro de uma instituição de ensino. Seu propósito é resgatar aspectos essenciais da conduta humana e promover a participação ativa de alunos e professores nas decisões escolares. Essa prática contribui para a criação de um ambiente mais solidário, inclusivo e colaborativo.

Para que o modelo de democracia seja justo e almeje a liberdade individual e coletiva, é necessário que a igualdade e a equidade sejam compreendidas como complementares. Ao mesmo tempo que a igualdade de direitos e deveres deve ser objetivada nas instituições sociais, não se podem perder de vista o direito e o respeito à diversidade, ao pensamento divergente. Esse princípio é uma das bases que sustentam as assembleias escolares (Araújo, 2015, p. 17).

Klein (2015, p. 75) expressa que:

Na educação da Companhia, o critério de excelência é aplicado a todas as áreas da vida escolar: o objetivo é o desenvolvimento mais amplo possível de todas as dimensões da pessoa, ligado ao desenvolvimento de um sentido dos valores e de um compromisso com o serviço aos outros, que dá prioridade às necessidades dos pobres e está disposto a sacrificar o interesse próprio para a promoção da justiça.

Nesta perspectiva do Nosso Modo de Ser e Proceder inaciano, assumimos como desafio contínuo de nossa missão educativa o trabalho cotidiano em prol de mudanças capazes de concretizar uma convivência escolar acolhedora ao respeito e à dignidade de todos. Com a prática das Assembleias em sala de aula, pretendemos discutir e refletir sobre o movimento do cuidar de si e do cuidado orientado para a relação com os outros. O sujeito que se cuida eticamente, consciente, certamente estará mais apto para lidar com os outros, respeitando as diferenças e se engajando em relações de alteridade.

2.1 Educação para a autonomia: O papel das assembleias na formação de cidadãos participativos e éticos

A escola tem a responsabilidade de atuar como agente transformador da sociedade, ensinando a dialogar, a participar da elaboração coletiva das regras de convivência e permitir o fortalecimento do protagonismo individual e coletivo, qualidades fundamentais para a promoção da democracia e da justiça social. Nos novos paradigmas de resolução de conflitos, valoriza-se o diálogo transformativo, sustentado pela comunicação e por práticas simbólicas e discursivas. Tais abordagens priorizam a busca por interesses compartilhados, com coparticipação responsável, incentivando a compreensão mútua, o respeito, a participação coletiva e o protagonismo dos envolvidos. Além disso, destacam a relevância de considerar as emoções, as crenças e as dimensões simbólicas e narrativas no processo de transformação de significados, identidades e relações.

Quanto antes se propiciar a vivência de práticas democráticas no cotidiano escolar, especialmente por meio das assembleias, abre-se o caminho para o desenvolvimento de habilidades de autorregulação, autonomia e responsabilidade nos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e participativos.

Além de favorecer a formação ética individual, as práticas participativas também contribuem para a constituição de uma cultura coletiva baseada na inclusão, na cooperação e no comprometimento com o bem-estar comum. Ao participarem da construção compartilhada de valores e normas, as crianças desenvolvem competências socioemocionais e morais que lhes permitem refletir sobre suas próprias condutas, assumir responsabilidades e exercer a autorregulação, mesmo na ausência de controle ou autoridade externa.

A construção da moralidade no contexto escolar demanda a promoção de interações cooperativas e igualitárias, em que os sujeitos participem ativamente da elaboração e compreensão das regras que regem a convivência. Conforme argumentam Tognetta e Vinha (2007), é por meio do diálogo, da escuta e da corresponsabilidade que os alunos desenvolvem a autonomia moral, compreendida como a capacidade de agir com base em princípios éticos internalizados, e não apenas pela obediência a ordens externas. As autoras, inspiradas na epistemologia genética de Piaget, defendem que “a moral se forma a partir da cooperação e da reciprocidade nas relações, quando a criança percebe o outro como sujeito tão

importante quanto ela mesma” (Tognetta; Vinha, 2007, p. 27). Nesse sentido, práticas como assembleias escolares e a construção coletiva de regras favorecem um ambiente de justiça e pertencimento, no qual os estudantes vivenciam, de forma concreta, os valores da democracia e do respeito mútuo.

O procedimento das assembleias não é recente, já existindo há tempos em escolas que se propuseram a criar espaços democráticos de participação de todos os envolvidos no processo de educação; as assembleias traduzem-se como possibilidade de evolução moral dos sujeitos que delas participam. E é justamente esse o grande objetivo da escola: formar sujeitos autônomos. (Tognetta; Vinha, 2007, p. 60).

De acordo com Puig, assembleias são

O momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para se transformar em tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno (Puig, 2000, p. 86)

As salas de aula e a escola são ambientes de socialização e, portanto, um espaço para o exercício da cidadania onde as regras são elaboradas e reelaboradas constantemente, onde se discutem conflitos e negociam soluções.

A escola tem, então, um papel fundamental na formação e no desenvolvimento integral dos estudantes em suas diversas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica). Cabe a ela também trabalhar com estas questões que são tão caras nas relações que o sujeito estabelece consigo, com o outro e com o meio.

3 INTEGRAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS ESCOLARES: ALINHANDO PRÁTICAS À RJE E À BNCC

O Projeto Educativo Comum (PEC), documento basilar da RJE, de 2021, amplia nossa visão de educação e nos convida a refletir sobre os diferentes processos e os agentes educacionais envolvidos. Ao apresentar neste documento a Missão, a Visão e os Valores que regem a educação jesuíta, demonstra que os processos educacionais têm o potencial de transformar vidas e realidades.

Esses princípios sustentam a visão inaciana de educação, formando indivíduos comprometidos com a justiça, a ética e o bem comum e representam a síntese de um longo processo de atualização da Pedagogia Inaciana, adaptando-a às demandas contemporâneas. Diante dos desafios do mundo atual, essas características

funcionam como uma referência fundamental para o aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas nos Colégios Jesuítas.

A promoção do desenvolvimento intelectual de cada aluno, para desenvolver os talentos recebidos de Deus, continua sendo com razão um objetivo de destaque da educação da Companhia. Todavia, a sua finalidade jamais foi simplesmente acumular quantidades de informação ou preparo para uma profissão, embora sejam estas importantes em si e úteis para a formação de líderes cristãos. O objetivo supremo da educação jesuíta é, antes, o desenvolvimento global da pessoa, que conduz à ação, ação inspirada pelo Espírito e a presença de Jesus Cristo, filho de Deus e 'Homem para os outros'. Este objetivo orientado para a ação baseia-se numa compreensão reflexiva e vivificada pela contemplação, e desafia os alunos ao domínio de si mesmos e à iniciativa, integridade e exatidão. Simultaneamente, distingue as formas de pensar fáceis e superficiais, indignas do indivíduo, e sobretudo perigosas para o mundo que eles e elas são chamados a servir." (Kolvenbach, 1989, p.54)

Com essa perspectiva, a RJE tem intensificado seus esforços na renovação das metodologias educacionais, buscando inovação sem perder de vista a identidade, a tradição e a missão jesuíta. Esse movimento visa fortalecer a formação de cidadãos preparados para atuar na sociedade do século XXI. Além disso, há um compromisso significativo com a reformulação dos processos avaliativos, promovendo uma nova cultura de avaliação homologada à educação integral dos estudantes.

Os princípios da Pedagogia Inaciana nos orientam a fundamentar a educação que oferecemos aos educandos em valores cristãos e inacianos. Desse modo, a visão anunciada por Santo Inácio de Loyola traz uma abordagem humanística para os processos de aprendizagem dos estudantes, colocando-os como protagonista de seu desenvolvimento acadêmico, emocional, social e espiritual. Essa perspectiva demonstra que a formação da pessoa humana abrange todas as dimensões. Em seus pressupostos, apresenta os desafios que representam a realidade brasileira, a partir de diversos pontos destacados no próprio documento. Primeiramente, a necessidade de articular fé, justiça e reconciliação no espaço escolar é fundamental em um país tão diverso. A inclusão de temas como gênero, diversidade sexual e religiosa, novos modelos de família, questões étnico-raciais e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras reflete a complexidade da sociedade brasileira, que frequentemente enfrenta discriminação, violência e injustiça, evidenciando a urgência de uma abordagem educativa inclusiva e respeitosa.

Servir a missão de Cristo hoje implica prestar atenção especial ao seu contexto global. Este contexto exige que atuemos como uma instituição

universal com missão universal, constando, ao mesmo tempo, a diversidade radical das nossas situações. Procuramos servir aos demais em todo o mundo, como uma comunidade de dimensões globais e, simultaneamente, como uma rede de comunidades de dimensões e, simultaneamente, como uma rede de comunidades locais (Colégio Loyola, 2021, p. 85).

No contexto educacional, é comum que os docentes anseiem por entrar em uma sala de aula idealizada, composta por alunos homogêneos, estudiosos, organizados e bem-comportados, que não se envolvem em conflitos e não atrapalham as atividades pedagógicas (Araújo, 2015). Entretanto, essa visão é uma ilusão, uma vez que é impossível encontrar um agrupamento humano onde a diversidade de origens, estruturas familiares, sociais e ideológicas não seja tão acentuada, que não apresente variações. A diversidade, refletida em crenças, valores e culturas, é uma dimensão fundamental da coexistência humana e representa uma verdadeira riqueza. Nesse sentido, o conflito deve ser compreendido como parte inerente à vida social, não como algo a ser erradicado ou ocultado. O verdadeiro desafio nos espaços coletivos reside na capacidade de lidar com essas diferenças e utilizá-las como uma base para o desenvolvimento tanto pessoal quanto coletivo.

Neste aspecto, a Formação Integral é um dos pilares centrais das instituições educativas inicianas, na qual a formação do sujeito está diretamente ligada ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, aspectos essenciais para a autogestão em sala de aula. Quando os estudantes participam das decisões, organizam suas tarefas e colaboram na construção do ambiente de aprendizagem, eles não desenvolvem apenas habilidades cognitivas, mas também socioemocionais, como a empatia, o respeito e a cooperação. Esse processo favorece uma educação mais democrática, em que o aluno se torne protagonista do próprio aprendizado, exercendo a capacidade de reflexão crítica e tomada de decisões, fundamentais para sua atuação na sociedade.

A formação integral consiste em formar um certo tipo de pessoa, orientado por valores e missão institucionais. Nesse sentido, o processo formativo ocorre pela internalização do nosso modo de ser e proceder, o qual se fundamenta nos valores que consideramos básicos em um Colégio Jesuíta. O nosso modo de ser e proceder se orienta para a formação de seres humanos compassivos na forma de interagir com os outros no mundo, comprometidos com o bem comum, conscientes de seus papéis como sujeitos e competentes na forma de agir (Colégio Loyola, 2024. p.24).

Considerando isso, a prática das assembleias escolares surge como uma ferramenta essencial para fortalecer a formação integral do sujeito, pois incentiva o

diálogo, a escuta acolhedora e ativa além da construção coletiva de normas e soluções para os desafios do cotidiano escolar.

Por meio das assembleias, os alunos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, debater conflitos e propor melhorias para o ambiente de aprendizagem, exercendo um papel ativo na gestão da turma. Esse processo não apenas favorece a construção de um espaço escolar mais harmônico e colaborativo, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, o respeito às diferenças e a capacidade de negociação.

Além disso, a autogestão promovida pelas assembleias permite que os estudantes compreendam a importância da corresponsabilidade na aprendizagem e na convivência, tornando-se sujeitos mais críticos, reflexivos e preparados para atuar de forma ética na sociedade. Dessa forma, o trabalho com as assembleias escolares reforça a ideia de uma educação externa para a emancipação dos indivíduos, aonde o aprendizado vai além do conteúdo acadêmico e abrange a formação de cidadãos conscientes e participativos.

O desenvolvimento da autorregulação na infância tem sido um tema relevante por se tratar de uma competência fundamental para o envolvimento e o pleno desenvolvimento de cada criança, levando em conta a autoestima, a gestão de frustrações e a comunicação (Boruchovitch; Frison, 2020). Ressalto aqui, o lugar das séries iniciais do ensino fundamental como espaço privilegiado para o desenvolvimento da autorregulação, pois além de formar o indivíduo, para as crianças de 5 a 8 anos, a participação em atividades como as Assembleias escolares, incentiva a reflexão das emoções e comportamentos, promove o autocontrole emocional e social, estimula a construção interna de valores como respeito, responsabilidade e a empatia. Quando inserimos no contexto escolar as práticas de Assembleias, criamos a vivência que são muito mais eficazes para o desenvolvimento moral do que apenas os discursos ou ordens.

Puig (2000) enfatiza que a educação moral vai além da simples transmissão de normas e valores. Ele propõe que a educação deve capacitar os alunos a se tornarem autores e gestores de suas próprias ações morais, desenvolvendo autonomia e responsabilidade por meio da participação ativa e crítica. Puig afirma:

Em síntese queremos entender a educação moral não apenas como um processo no qual se adota formas sociais estabelecidas, mas também como

um processo do qual se critica algumas normas de convivência e, por isso, novas maneiras de vida são propostas (Puig, 2000, p.18).

Essa perspectiva destaca a importância de práticas democráticas na escola, como assembleias, que promovem a reflexão crítica e a construção coletiva de normas, permitindo que os alunos desenvolvam a autorregulação e se tornem protagonistas de sua formação moral.

Essa forma de trabalhar os conflitos almeja, entre outros objetivos, reconhecer e articular os princípios de igualdade e equidade nas relações interpessoais nos espaços de convivência humana, o que nos remete à construção da democracia e da justiça (Araújo, 2015, p. 26).

Oficialmente implementada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em 2019, a BNCC configura-se como um documento normativo fundamental para a educação brasileira, servindo de referência para outros instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação. Entre seus objetivos, destaca-se a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estando a BNCC fundamentada em princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 1996).

A BNCC, não apenas explicita as aprendizagens essenciais a que todos os estudantes brasileiros têm direito, mas também afirma o compromisso com a educação integral e o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões. O documento adota o conceito de competência e propõe uma inovação ao abordar as 10 competências gerais da Educação Básica, um conjunto de competências que devem ser foco de desenvolvimento intencional ao longo de toda a trajetória escolar dos estudantes. Nesse contexto, competência é definida como

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p.8).

Dessa forma, essa normativa atualmente vigente propõe que os espaços de aprendizagem sejam inclusivos, livres de discriminação e preconceito, pautados pelo respeito às diferenças, de modo a favorecer o desenvolvimento pleno de cada aluno nas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O documento também chama a atenção para a importância dessas dimensões no século XXI:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (Brasil, 2018, p.14)

O Nosso modo de Ser e Proceder inaciano é pautado na missão, visão e valores assumidos por todas as escolas da RJE. Ao serem aprendidos, partilhados e vivenciados, esses princípios consolidam e tornam visível a identidade do Colégio Loyola. Neste documento (Colégio Loyola, 2025) são apresentadas as regras que orientam a convivência, os valores e princípios que as fundamentam, a fim de auxiliar a todos em seu percurso formativo. Além de orientações para pautar nosso convívio como comunidade educativa, são destacadas as características do Colégio Loyola que fazem parte de sua identidade (modo de ser) e são reveladas por meio de símbolos ou pelo modo de proceder.

O nosso modo de ser e proceder se orienta para a formação de seres humanos compassivos na forma de interagir com os outros no mundo, comprometidos com o bem comum, conscientes de seus papéis como sujeitos e competentes na forma de agir (Colégio Loyola, 2025 p. 23).

O modo de proceder reflete os valores considerados básicos em um colégio jesuíta, que são expressos em três princípios norteadores:

- Princípio da Autonomia;
- Princípio da Responsabilidade e Compromisso;
- Princípio de Respeito e Cuidado.

Figura 1 – Princípios Norteadores



Fonte: Colégio Loyola (2025)

Neste sentido, a autonomia é definida como o exercício da liberdade, emancipação e autorregulação, permitindo que o indivíduo controle seu comportamento, tome decisões de maneira consciente e crítica e assuma as responsabilidades de suas ações. Uma pessoa autônoma não é aquela que ignora regras nem vive sem a orientação de figuras de autoridade; ao contrário, é alguém que se reconhece em um contexto social, compreendendo suas diferenças e participando de um diálogo constante. Assim, ela compreende e respeita as regras de convivência e busca entender seus valores e significados.

O Princípio da Responsabilidade e do Compromisso destaca a importância do valor da responsabilidade no contexto individual e comunitário. A responsabilidade é caracterizada pela capacidade do indivíduo de assumir as consequências de suas escolhas, evidenciando que uma pessoa verdadeiramente livre é aquela que reconhece as suas decisões e se compromete a responder por elas. Esse comprometimento inclui a adesão às regras estabelecidas na comunidade à qual pertencem, refletindo uma maturidade ética e um senso de pertencimento. Assim, o princípio enfatiza que a liberdade não é apenas um direito, mas também um dever que implica fazer escolhas conscientes e assumir as implicações delas em relação à convivência social.

Na concepção jesuíta de educação, o Princípio do Respeito e Cuidado abrange as relações dos indivíduos consigo mesmos, com os outros, com o ambiente e com a natureza. Esse princípio reconhece a dignidade de cada pessoa, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. O cuidado implica cultivar empatia e responsabilidade

em relação ao próximo, enquanto a valorização do meio ambiente ressalta a importância de agir de maneira sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo central analisar a prática das Assembleias Escolares no Colégio Loyola, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz dos princípios da Pedagogia Inaciana e em diálogo com os documentos orientadores da Rede Jesuíta de Educação e a Base Nacional Comum Curricular.

A análise documental e bibliográfica permitiu constatar que as Assembleias contribuem de forma significativa para a formação integral dos estudantes, promovendo espaços regulares de escuta e diálogo, nos quais os conflitos cotidianos são sistematizados como oportunidades de aprendizagem afetiva, ética e cognitiva. Além disso, reforçam os pilares da experiência, reflexão e ação, próprios da Pedagogia Inaciana, ao estimularem a participação ativa dos alunos na construção coletiva de normas e soluções. Por meio dessa prática, os estudantes desenvolvem competências socioemocionais como autorregulação, empatia e responsabilidade, ao mesmo tempo em que vivenciam valores morais alinhados às competências gerais da BNCC e aos princípios do “Nosso Modo de Ser e Proceder”.

Entretanto, é preciso ressaltar que, ao longo dos estudos, observou-se uma escassez de produções acadêmicas atuais e sistematizadas que abordem especificamente o tema das assembleias escolares, o que representou um desafio para a fundamentação teórica do trabalho. Embora existam referências pontuais, são raros os estudos e relatos de experiências recentes. Essa lacuna na literatura ressalta a necessidade de novos estudos que investiguem e atualizem as abordagens sobre assembleias como instrumentos pedagógicos e de convivência, contribuindo para a consolidação de um campo de pesquisa mais robusto e articulado.

A continuidade e a efetividade do trabalho com assembleias no Colégio Loyola enfrentam alguns desafios, especialmente aqueles relacionados à diversidade de práticas docentes, à descontinuidade na implementação e à ausência de formação específica para professores recém-chegados à instituição. Diante disso, o estudo apresenta algumas contribuições relevantes: A primeira delas refere-se à necessidade de alinhamento e aprofundamento das orientações pedagógicas. A elaboração de um manual interno de boas práticas ou o resgate dos Ciclos de Formação “Melhores

Práticas”, com base nos documentos da RJE, na BNCC e na literatura especializada, contribuiria para criar parâmetros comuns na condução das assembleias e oferecer indicadores de avaliação.

É possível pensar as práticas das assembleias dentro do cotidiano escolar e seus currículos? Puig (2020) defende que as assembleias devem fazer parte do currículo escolar, pois ao vivenciar situações de debate, tomada de decisão, negociação de regras e avaliação coletiva, as crianças e jovens desenvolvem habilidades que são objetivos centrais da educação escolar, sobretudo em um paradigma de educação democrática. O autor ressalta ainda que, ao contrário de serem “tempo perdido”, as assembleias compõem o currículo oculto e contribuem para a educação moral e cidadã, ao promoverem a participação ativa dos estudantes e a construção coletiva do ambiente escolar.

O desafio permanece em qualificar e fortalecer continuamente a prática docente no contexto das Assembleias Escolares, reconhecendo nelas um instrumento pedagógico potente para a formação de “homens e mulheres para os outros”, conforme o ideal inaciano. Ao promoverem o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilidade, as assembleias contribuem para a consolidação de uma cultura de convivência escolar fundamentada no respeito à diversidade, na empatia e no compromisso ético com o bem comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares** São Paulo: Summus, 2015.

BORUCHOVITCH, Evely; FRISON, Lourdes Maria (org.). **Autorregulação da aprendizagem**: cenários, desafios, perspectivas para o contexto educativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394 (LDB)**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

COLÉGIO LOYOLA. **Modo de Ser e Proceder**, [2025]. Disponível em <https://loyola.g12.br/academico/> . Acesso em: 04 abril 2025.

COLÉGIO LOYOLA. **Projeto Educativo Comum da Rede Jesuíta de Educação Básica**: 2021-2025. 1. Ed, 2021, São Paulo: Rede Jesuíta de Educação, 2021. Disponível em: <https://loyola.g12.br/o-colegio/pec-2/> Acesso em: 13 jun. 2025.

COLÉGIO LOYOLA. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Loyola**. [S. l.: s. n.], 2024

IGREJA CATÓLICA. Papa Francisco (1936-2025). **Carta encíclica fratelli tutti do santo padre Francisco sobre a fraternidade e a amizade social**. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 5 jun. 2025.

KLEIN, Luiz Fernando. (org.). **Educação Jesuíta e Pedagogia Inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

KOLVENBACH, Pe. Peter Hans. Carta do superior geral dos jesuítas aos superiores provinciais apresentando o documento Pedagogia Inaciana. In: REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Pedagogia Inaciana**: uma proposta prática. Edições Loyola, São Paulo, 1993.

PUIG, Josep. **Democracia e participação escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.

TOGNETTA, Luiz Roberto Peres; VINHA, Tânia Pereira. **Quando a escola é democrática**: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2007.